



RESSONÂNCIA DA PATRIMONIALIZAÇÃO EM GRAVATAÍ - RS

Helena Thomassim Medeiros¹; Daniel Maurício Viana de Souza²; Diego Lemos Ribeiro³

¹*Universidade Federal de Pelotas – helena_tm@outlook.com*

² *Universidade Federal de Pelotas – danielmvsouza@gmail.com*

³ *Universidade Federal de Pelotas – dlr museologo@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

Este resumo relaciona-se a uma pesquisa de doutorado em fase inicial de desenvolvimento, no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

O projeto visa discutir conceitos como patrimônio, cultura, memória, espaços de memória, preservação e esquecimento a partir da cidade de Gravataí.

Gravataí é uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A maior parte de sua população vive na zona rural e a economia é muito ligada à indústria, em especial a automobilística, desde o final da década de 1990. Apesar de ser uma das cinco maiores economias do Estado, em relação ao setor cultural, possui pouco desenvolvimento.

O município possuía cinco locais públicos voltadas às manifestações culturais: Biblioteca Pública Monteiro Lobato; Museu Municipal Agostinho Martha e Arquivo Histórico Antônio Soares da Fonseca; Quiosque da Cultura; Parque Municipal de Eventos; Cineteatro.

Destes cinco, o primeiro teve períodos de fechamento devido à pandemia e ocupa um prédio alugado pela prefeitura. O segundo é a união de duas instituições que ocupavam o mesmo prédio, mas que, desde 2019, está fechado para reformas previstas para serem finalizadas daqui há quase uma década. A terceira é um espaço voltado, principalmente, a exposições de arte, recentemente tentando expandir seu foco, mas o prédio não recebe exposições desde 2020 por causa da pandemia. O quarto local foi vendido para uma instituição privada e deixou de sediar eventos como o Rodeio Internacional do Mercosul, que ocorre na cidade desde 1995. O quinto local será demolido. Os demais aparelhos culturais da cidade estão vinculados a iniciativas privadas.

Tentamos analisar questões relacionadas à relação entre o patrimônio instituído com a sociedade na qual está inserido e que visa representar.

Os problemas de pesquisa, no momento, são: a forma e os valores, que embasam a escolha do patrimônio refletem a identidade do seu povo? O descaso e o desuso do aparato cultural do município de Gravataí podem ter razões mais profundas?

2. METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa em questão é de cunho acadêmico, de natureza básica, posto que visa a geração de conhecimento. Exploratória e descritiva.

Seguindo uma abordagem qualitativa para a análise dos dados far-se-á uso de documentação indireta através de fonte primária – considerando o uso de entrevistas e jornais – e secundária, por meio da pesquisa bibliográfica.



3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conceitualmente o patrimônio seria: [...] conjunto de todos os bens ou valores, naturais ou criados pelo Homem [...] herdados dos ascendentes e ancestrais de gerações anteriores ou reunidos e conservados para serem transmitidos aos descendentes das gerações futuras. (DESVALLÉES; MAIRRESSE, 2013, p. 74). Dentro desta concepção ele não é apenas a relação entre passado e presente, mas sim aquilo que desejamos conservar para o futuro.

Em Gravataí, o patrimônio tombado ou histórico da cidade, na maioria das vezes, encontram-se no centro. Chama a atenção que os demais habitantes da cidade chamam apenas está região de “Gravataí”, como se os demais bairros e localidades não pertencessem a este município.

Compreendendo que: “[...] um bem cultural [...] só será considerado patrimônio cultural para fins de tutela jurídica por parte do Estado, por intermédio dos seus órgãos e entidades, se for representativo da identidade, da memória e da ação dos grupos formadores da sociedade brasileira.” (DANTAS, 2015, p.35). Em Gravataí parece ser enaltecido um passado vinculado a religião católica, aos grandes estancieiros e a “cultura gaúcha”. Contudo, sabe-se que a cidade se formou a partir da ocupação indígena e que havia um número considerável de pessoas escravizadas, tanto que, ainda hoje, existe um Quilombo no município.

Fonseca (2009), menciona que “As análises centradas no processo de construção de patrimônios são importantes, na medida em que procuram desvendar o modo como determinados intelectuais, em nome do Estado, concebem a “identidade nacional”.” (FONSECA, 2009, p.45). Este estudo busca centrar-se nessas questões, percebemos que o passado trazido pelos diferentes grupos que compõe essa sociedade poderia associar-se ao que Pollak (1989, p.04) chama de “memórias subterrâneas”, opondo-se a uma memória oficial vinculada a identidade, posto que, a patrimonialização, pressupõe-se um trabalho de enquadramento da memória, ou seja, a seleção de discursos associados ao passado. Poulot (2009) comenta que:

[...] o patrimônio não deixa de ser – como havia sido desde sempre – o resultado de um processo consciente de seleção; mas, nessa perspectiva, é baseado em apreciações particulares. [...] O desafio consiste, desde então, em saber quem, na comunidade, decide o que deve ser protegido e como legitimar as escolhas adotadas. (POULOT, 2009, p. 230)

Este “quem” apontado pelo autor também nos dá indícios das visões que são privilegiadas, assim como perceber quais ações são adotadas nos possibilita observar de que forma lidamos e identificamos o patrimônio em nossa sociedade. Smith (2009) descreve que o “Authorized Heritage Discourse” (AHD), ou o Discurso Autorizado do Patrimônio, exclui narrativas dissonantes a fim de gerar uma imagem “confortável” sobre o passado, assimilando-o a perspectiva dos grupos dominantes.

Candau defende que o patrimônio seria uma dimensão da memória e que essa “[...] vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade. (CANDAU. 2011. p.16)”. Sendo assim, se a população não se identifica, desconhece ou não faz uso de um bem patrimonial, poderíamos considerar que houve uma falha neste processo.

Para compreender estas questões, a criação de uma ferramenta metodológica que busque um retorno sobre a patrimonialização é de grande



interesse para analisarmos se estes discursos autorizados dão conta, enquanto sociotransmissores, destas memórias subterrâneas. Gonçalves ressalta que:

Do ponto de vista do Estado e de suas políticas, especificamente suas políticas de patrimônio, “identificar” um grupo e seu patrimônio equivale a exercer positivamente sua função enquanto agência do poder. Por esse ângulo, a noção traz em si uma certa ambiguidade: se, por um lado, é a forma pela qual um grupo se afirma publicamente, por outro, é o modo pelo qual o Estado exerce seu controle sobre a sociedade. (GONÇALVES, 2015, p.213)

Seguindo esta linha de raciocínio, o processo de memorialização, que legitima o patrimônio em vias legais, como o tombamento ou a criação de espaços de memória, não seriam suficientes, sendo necessário que estes bens tenham ressonância em discussões atuais. Posto que:

[...] qualquer estudo sobre memória social em contextos contemporâneos deve debruçar-se sobre a forma como as memórias de grupos subalternos se relacionam com a representação dominante/oficial do passado, quer essa relação seja de contraste absoluto, quer seja de forte similitude. (PERALTA, 2007, p.14)

A preocupação deste trabalho é problematizar a preservação do patrimônio e a forma como é realizada, quais valores são exaltados para justificar a patrimonialização ou mesmo o esquecimento de espaços, e como eles se relacionam com diferentes camadas sociais.

Greenblatt comenta que a ressonância aparece quando os bens “[...] tornam-se singularmente expressivos e significantes, não como “pano de fundo”, mas como práticas representacionais em si mesmas instigadoras.” (GREENCLANTT, 1991, p.252). Ou seja, conectando as memórias e identidades forjadas por diferentes grupos. É fundamental compreendermos que:

[...] determinados bens culturais, classificados por uma determinada agência do Estado como patrimônio, não chegam a encontrar respaldo ou reconhecimento junto a setores da população. [...] os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar “ressonância” junto a seu público. (GONÇALVES, 2005, p.19)

Sendo assim, foi escolhida uma abordagem que visa o estudo deste local por duas vertentes: análise documental e bibliográfica; entrevistas. A primeira concentra seus esforços em publicações acadêmicas, jornais e documentos legais vinculados a patrimonialização. Enquanto a segunda destina-se a consulta de agentes culturais do município vinculados à memória e patrimônio.

4. CONCLUSÕES

A hipótese que levanto é a de que em Gravataí, assim como em muitos locais do Brasil e do mundo, o recorte histórico, patrimonial e religioso mais valorados pelo poder público não representam sua população. Há lacunas históricas, confrontos de interesse e processos de dominação que ressoam no desuso e na falta de identificação com aparato cultural da cidade.



5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. Tradução de: Maria Letícia Ferreira. 1ed., 3º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016, 224 p.

DANTAS, Fabiana S. O patrimônio cultural protegido pelo Estado brasileiro In: CAMPOS, Juliano B.; PREVE, Daniel R.; SOUZA, Ismael F. (orgs.). *Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade*. Curitiba; Multidéia, 2015. 256p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/texto_especializado.pdf>. Acesso em 20 de ago. de 2020.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. (ed.) *Conceitos-chave da museologia*. Tradução de: SOARES, Bruno Bralon; CURY, Marília Xavier. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, Pinacoteca do Estado de São Paulo, Secretaria do Estado da Cultura, 2013, 100 p. Disponível em: <http://icom.museum/=leadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChaveDeMuseologia_pt.pdf>. Acesso em: 30 de set. de 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-IPHAN, 3 ed., 2009a, 316 p.

GONÇALVES, José. Reginaldo. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, 2015. p.211-228.

GONÇALVES, José. Reginaldo. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, 2005. p. 15-36.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: resenhas críticas. In: *Arquivos da Memória - Antropologia, Escala e Memória*. n.2, 2007, p. 04-23.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, silêncio. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 01 de jun. de 2017.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII – XXI: do monumento aos valores*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. 239 p.

SMITH, Laurajane. *Class, heritage and the negotiation of place*. Conference paper presented to the “Missing Out on Heritage: Socio-Economic Status and Heritage Participation”. 2009. 10 p. Disponível em: <https://www.academia.edu/348666/Class_heritage_and_the_negotiation_of_place>. Acesso em: 19 de out. de 2020.